



Banco
JOHN DEERE

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEMESTRAIS **2023**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras, acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente, correspondente ao semestre findo em 30 de Junho de 2023.

Resumo das Operações: o Banco John Deere S.A. tem seus esforços voltados ao financiamento de máquinas, equipamentos e peças da marca John Deere. Tais esforços resultaram na contratação e liberação de novas operações de crédito no montante de R\$16.3 bilhões no 1º semestre de 2023. O lucro líquido do 1º semestre de 2023 foi de R\$145.097.

Aspectos Econômicos e de negócio: As condições econômicas no mercado global e industrial no qual o Banco opera pode afetar diretamente o negócio, bem como a confiança dos clientes em função de exposição cambial e volatilidade da moeda, altas taxas de juros, inflação, clima, política e estabilidade social.

O mercado agrícola no Brasil no primeiro semestre de 2023 teve uma boa performance e as estimativas mostram uma leve queda para o restante do ano.

As taxas de juros permanecem elevadas, entretanto, Banco Central sinaliza a redução gradativa na taxa Selic. Moeda Real se mantém estável e os preços das commodities agrícolas tem tido redução.

Negócios da área agrícola (A&T Business): produção recorde, fundamentos fortes, lucros sólidos e continuada expansão de lavouras; mas com subsídios agrícolas reduzidos para direcionar a baixas em taxas de juros.

Negócios da área de construção e florestal (C&F Business): bons negócios, porém, alta competitividade no mercado.

A John Deere indicou que a expectativa de vendas para equipamentos agrícolas na América Latina é de crescimento de até 5% para este ano (confirmar % no report do Q3 semana 21/Ago). Também prevê aumento/queda em vendas de equipamentos para construção e florestal entre 15% e 20% (confirmar % no report do Q3).

Aspectos Sociais: O Banco reconhece a importância do engajamento corporativo em ações de responsabilidade social, por essa razão, anualmente, destina parte de seu lucro, a projetos sociais que ajudam na redução da desigualdade social, democratização do acesso à Cultura, Educação e Esporte. Todo esse trabalho é desenvolvido através do Instituto John Deere, fundada em 2004, a qual é responsável por gerenciar os programas de desenvolvimento. Suas ações estão focadas aos seguintes pilares de atuação: Educação, Desenvolvimento de Comunidades e Combate à Fome. As doações aos projetos sociais ocorrem no segundo semestre de cada ano-calendário.

Gerenciamentos de Riscos e de Capital: em cumprimento às disposições regulatórias dispostas nas Resoluções números 4.557/17 e 2.554/98, publicadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, o Banco mantém uma estrutura de gerenciamento integrada de riscos e gestão de capital. Em 30 de junho de 2023, os limites operacionais do Banco, que são apurados de forma consolidada, apresentaram níveis adequados e suficientes, sendo compatíveis com a natureza de suas operações.

Ouvidoria: a missão da Ouvidoria é a de atuar como canal de comunicação entre o Banco John Deere S.A., seus clientes e os usuários de seus produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos, assegurando a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

 em 30 de Junho de 2023 e 31 de Dezembro de 2022
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	30.06.2023	31.12.2022
Ativo			
Disponibilidades	4	1.018	1.036
Aplicações interfinanceiras de liquidez - aplicações no mercado aberto	4	75.000	857.184
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4	-	120.080
Relações Interfinanceiras		<u>974.417</u>	<u>183.194</u>
Depósitos no Banco Central	4.1	974.417	183.194
Carteira de Crédito		<u>15.932.874</u>	<u>13.626.644</u>
Operações de crédito - setor privado		15.924.024	13.617.337
Outros créditos com característica de operação de crédito		8.850	9.307
Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito		<u>(373.341)</u>	<u>(354.971)</u>
(Operações de Créditos)	6	(373.108)	(354.721)
(Outros Créditos)		(233)	(250)
Outros Créditos		<u>247.313</u>	<u>212.232</u>
Ativos fiscais diferidos	13b	211.417	193.214
Diversos	7	35.896	19.018
Outros Valores e Bens		<u>1.864</u>	<u>2.163</u>
Outros valores e bens		980	1.634
Despesas antecipadas		884	529
Imobilizado de Uso		<u>4.196</u>	<u>4.103</u>
Outras imobilizações de uso		7.794	7.148
(Depreciações Acumuladas)		(3.598)	(3.045)
Intangível		<u>22.293</u>	<u>17.971</u>
Ativos Intangíveis		40.363	34.142
(Amortização Acumulada)		(18.070)	(16.171)
Total do Ativo		<u>16.885.634</u>	<u>14.669.636</u>
Passivo			
Depósitos			
Depósitos à vista	9	3.842.216	2.831.424
Depósitos interfinanceiros		309.916	237.071
Depósitos a prazo		-	-
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais		<u>3.532.300</u>	<u>2.594.353</u>
FINAME / BNDES	8	4.699.312	5.312.400
FNO - Fundo Constitucional do Norte		4.696.194	5.308.646
Obrigações por Repasses Exterior		<u>3.118</u>	<u>3.754</u>
Obrigações por repasses do exterior em Moeda Estrangeira	8	2.998.625	2.392.731
Letras Financeiras		<u>2.615.169</u>	<u>1.883.779</u>
Letras Financeiras	10a	2.615.169	1.883.779
Letras de Crédito LCA		<u>367.470</u>	<u>60.075</u>
Letras de crédito LCA	10b	367.470	60.075
Outras Obrigações		<u>211.892</u>	<u>185.933</u>
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	12a	5.722	3.592
Sociais e estatutárias	12a	5.545	9.684
Passivos fiscais correntes	11	131.868	139.924
Diversas	12a	39.093	24.126
Provisão para riscos contingentes	12a	1.716	1.739
Outros Passivos	16	27.948	6.868
Patrimônio Líquido			
Capital social - de domiciliados no País	14a	1.005.000	886.500
Capital social - a integralizar		-	118.500
Reserva de capital		323	323
Reservas de lucros	14b	999.887	997.328
Lucros acumulados		145.097	-
Outros resultados abrangentes		643	643
Total do Patrimônio Líquido		<u>2.150.950</u>	<u>2.003.294</u>
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		<u>16.885.634</u>	<u>14.669.636</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

para os Semestres findos em 30 de Junho de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	2023 1º Semestre	2022 1º Semestre
Receitas da Intermediação Financeira			
Operações de crédito		783.793	461.691
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		52.729	32.020
Total		836.522	493.711
Despesas de Intermediação Financeira			
Operações de captação no mercado	9	(195.951)	(34.289)
Operações de captação com letras financeiras	10a	(152.563)	(64.519)
Operações de captação com letras de crédito do agronegócio	10b	(17.207)	-
Operações de empréstimos e repasses	8	(83.216)	(128.680)
Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	6.a	(50.874)	(16.708)
Total		(499.811)	(244.196)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		336.711	249.515
Outras Receitas e Despesas Operacionais			
Receitas de prestação de serviços	17	1.656	4.279
Rendas de tarifas bancárias		604	324
Despesas de pessoal	18	(25.871)	(20.545)
Outras despesas administrativas	19	(22.992)	(15.461)
Despesas tributárias		(19.360)	(11.836)
Provisões para riscos contingentes	12b	23	83
Outras receitas operacionais	20	875	1.031
Outras despesas operacionais		(582)	(282)
Total		(65.647)	(42.407)
Resultado Operacional		271.064	207.108
Resultado Não Operacional		209	313
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		271.273	207.421
Imposto de Renda e Contribuição Social	13	(121.240)	(91.932)
Provisão para imposto de renda		(77.518)	(44.005)
Provisão para contribuição social		(61.926)	(35.069)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		18.204	(12.858)
Participações Estatutárias nos Lucros		(4.936)	(2.801)
Lucro Líquido do Semestre		145.097	112.688
Lucro Líquido do Semestre R\$		0,15	0,13

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

para os Semestres findos em 30 de Junho de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2023 1º Semestre	2022 1º Semestre
Lucro Líquido do semestre		145.097	112.688
Avaliação atuarial	21b	-	-
Efeito fiscal	21b	-	-
Total de resultados abrangentes do período		145.097	112.688

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

para os Semestres findos em 30 de Junho de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social realizado	Capital social a integralizar	Reservas de Lucros			Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
				Reserva de capital	Reserva legal	Reserva estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2021		836.500	50.000	323	82.656	780.758	-	607	1.750.844
Reversão de dividendos para reserva estatutária	14.a	-	-	-	-	2.092	-	-	2.092
Lucro líquido do exercício	14.b	-	-	-	-	-	112.688	-	112.688
Saldos em 30 de junho de 2022		836.500	50.000	323	82.656	782.847	112.688	607	1.865.623
Saldos em 31 de dezembro 2022		886.500	118.500	323	96.125	901.203	-	643	2.003.294
Aumento de capital	14.a	118.500	(118.500)	-	-	-	-	-	-
Reversão de dividendos para reserva estatutária	14.a	-	-	-	-	2.559	-	-	2.559
Lucro líquido do Semestre	14.b	-	-	-	-	-	145.097	-	145.097
Saldos em 30 de junho 2023		1.005.000	-	323	96.125	903.762	145.097	643	2.150.950

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 para os Semestres findos em 30 de Junho de 2023 e 2022
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2023 1º Semestre	2022 1º Semestre
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro líquido ajustado		259.250	157.520
Lucro líquido do semestre		145.097	112.688
Ajustes ao Lucro Líquido		114.153	44.832
Provisão benefício empregados		481	439
Provisão para riscos fiscais e trabalhistas	12b	(23)	(83)
Efeito de variação cambial com partes relacionadas		(119.430)	(33.255)
Efeito de variação cambial com repasse BNDES		53	-
Efeito de variação cambial com operações de crédito		197.950	46.672
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13b	(18.204)	12.858
Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	6.a	50.874	16.708
Depreciações e amortizações	19	2.452	1.493
Variação de Ativos e Obrigações			
Redução (aumento) em relações interfinanceiras		(791.223)	(62.411)
Redução (aumento) em operações de crédito		(3.080.842)	(1.143.814)
Juros recebidos em operações de crédito		544.158	427.594
Redução (aumento) em outros créditos		(16.877)	(3.640)
Redução (aumento) em outros valores e bens		299	470
Aumento (redução) em depósitos		1.010.792	448.913
Aumento (redução) em obrigações por repasses (BNDES/FINAME)		(349.654)	(977.416)
Juros pagos em obrigações por repasses (BNDES/FINAME)		(263.487)	(245.355)
Aumento (redução) em obrigações por empréstimos com partes relacionadas		739.869	305.969
Juros pagos em obrigações por empréstimos com partes relacionadas		(14.545)	(13.099)
Aumento em emissão de títulos (letras financeiras)		731.390	972.760
Aumento em emissão de títulos (LCA)		307.395	-
Aumento (redução) em outras obrigações		165.601	44.662
Imposto de renda e contribuição social pagos		(137.541)	(103.015)
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		<u>(895.415)</u>	<u>(190.862)</u>
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Aquisição de imobilizado de uso e intangível		(6.867)	(5.185)
Caixa líquido proveniente da (utilizado nas) atividades de investimentos		<u>(6.867)</u>	<u>(5.185)</u>
Aumento (Redução) Líquido(a) de Caixa e Equivalentes de Caixa		<u>(902.282)</u>	<u>(196.047)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	4	978.300	891.422
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	4	<u>76.018</u>	<u>695.375</u>
Variação do Caixa e Equivalente no Período		<u>(902.282)</u>	<u>(196.047)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
para os Semestres findos em 30 de Junho de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. Contexto Operacional

O Banco John Deere S.A. ("Banco") é um Banco múltiplo, autorizado a operar com as carteiras comerciais e de crédito, financiamento e investimento. Sua sede é na Rodovia Engenheiro Ermênio Oliveira Penteados, s/n, km 57,5, Indaiatuba - SP.

As operações de crédito do Banco referem-se basicamente a financiamentos a agricultores e empresas agrícolas, construtores e empresas de construção, concessionárias e distribuidores da John Deere Brasil Ltda. ("Controladora") visando ao fomento da venda de máquinas, equipamentos, peças e serviços da marca John Deere.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, emanadas das normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e da Lei das Sociedades por Ações do Brasil nº 6.404/76 e respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, normatizadas pelo BACEN.

Pronunciamento	Descrição Pronunciamento	Homologação BACEN
CPC 00 (R2)	Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Homologado pela Res. CMN nº 4.924/21;
CPC 01 (R1)	Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Homologado pela Res. CMN nº 3.566/08;
CPC 02 (R2)	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Homologado pela Res. CMN nº 4.524/16;
CPC 03 (R2)	Demonstração dos Fluxos de Caixa	Homologado pela Res. CMN nº 3.604/08;
CPC 04 (R1)	Ativo Intangível	Homologado pela Res. CMN nº 4.534/16;
CPC 05 (R1)	Divulgação sobre Partes Relacionadas	Homologado pela Res. CMN nº 3.750/09;
CPC 06 (R2)	Arrendamentos (Vigência a partir de 2025)	Homologado pela Res. CMN nº 4.975/21;
CPC 10 (R1)	Pagamento Baseado em Ações	Homologado pela Res. CMN nº 3.989/11;
CPC 23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Homologado pela Res. CMN nº 4.007/11;
CPC 24	Evento Subsequente	Homologado pela Res. CMN nº 3.973/11;
CPC 25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Homologado pela Res. CMN nº 3.823/09;
CPC 27	Ativo Imobilizado	Homologado pela Res. CMN nº 4.535/16;
CPC 33	Benefícios a Empregados	Homologado pela Res. CMN nº 4.877/20;
CPC 41	Resultado por Ação	Homologado pela Res. CMN nº 3.959/19;
CPC 46	Mensuração do Valor Justo	Homologado pela Res. CMN nº 4.748/19;
CPC 47	Receita de contrato com cliente	Homologado pela Res. CMN nº 4.924/21;
CPC 48	Instrumentos Financeiros - (Vigência a partir de 2025)	Homologado pela Res. CMN nº 4.966/21;

As normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), serão aplicadas somente quando aprovadas pelo BACEN em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos homologados pelo BACEN. Dessa forma, o Banco na elaboração de suas demonstrações financeiras adotou os seguintes pronunciamentos:

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.720/19, Resolução BCB nº 2/20, Circular BCB nº 3.959 e alterações posteriores, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, devem preparar suas demonstrações financeiras seguindo critérios e procedimentos mencionados nestes normativos.

a) Normas recentemente emitidas, aplicáveis ou a serem aplicadas em períodos futuros:

i. Resolução CMN nº 4.966: Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Esta Resolução entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 e a Administração realizará avaliação para determinar os impactos de sua adoção.

ii. Resolução CMN nº 4.975: de 16 de dezembro de 2021 dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Esta Resolução entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 e a Administração realizará avaliação para determinar os impactos de sua adoção.

iii. Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022: Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, altera o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas com operações com características de concessão de crédito decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sendo a dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL, e a Administração realizará avaliação para determinar os impactos de sua adoção.

Em 25/08/2023 a Diretoria do Banco autorizou a emissão destas demonstrações financeiras.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis
3.1. Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. Os valores sujeitos à variação monetária são atualizados "pro rata temporis" até a data do balanço. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata die, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades e aplicações financeiras de liquidez com vencimento na data da aplicação menores do que 90 dias. As aplicações financeiras possuem o objetivo de atender compromissos de curto prazo, são contratadas com prazo de resgate de até 07 dias da data da aplicação, sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor e estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos até as datas dos balanços.

3.3. Operações de crédito

As operações de crédito são demonstradas a valor presente com base no indexador e na taxa de juros contratuais, calculadas "pro rata temporis" até a data do balanço. As receitas relativas a operações que apresentam atraso igual ou superior a 59 dias são reconhecidas no resultado somente quando efetivamente recebidas, independentemente do seu nível de classificação de risco.

3.4. Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração, para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, leva em consideração a análise das operações de crédito, dos riscos específicos e globais da carteira.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/99 e legislação complementar, o Banco classificou as operações de crédito considerando o risco individual de cada devedor considerando a qualidade do devedor e da operação. A referida Resolução requer que seja constituída provisão para fazer face aos créditos de liquidação duvidosa equivalente, no mínimo, ao total produzido pela aplicação de percentuais específicos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas na data de renegociação.

3.5. Recuperação de operações de crédito baixados para prejuízo.

Com o objetivo de adequar e melhor apresentar os resultados financeiros do Banco John Deere, a partir de janeiro/2023, alterou-se a forma de contabilização das operações de prejuízo e renegociados. Desta forma, a receita está sendo reconhecida em contrapartida ao recebimento em caixa e as operações de crédito sejam reativadas em contrapartida à respectiva provisão. Com base no CPC-23 art.41, a menção da correção está sendo feita através desta nota explicativa e os montantes foram considerados não relevantes para republicação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
para os Semestres findos em 30 de Junho de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

3.6. Imobilizado de uso e intangível

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva depreciação/

amortização acumulada e, ajustados por redução ao valor recuperável ("impairment"), quando aplicável. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplem a vida útil-econômica dos bens, estimada em: móveis, utensílios, máquinas e equipamentos de uso - 10% e para veículos e sistema de processamento de dados - 20%.

3.7. Redução ao valor recuperável - ativos não financeiros

A Resolução CMN nº 3.566/2008 dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas no valor recuperável de ativos e determina o atendimento ao pronunciamento técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros ("impairment") é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por ("impairment"), quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. Não foram observados ajustes relevantes que possam comprometer a capacidade de recuperação dos ativos não financeiros em 30 de junho de 2023.

Os ativos não financeiros mantidos para venda são registrados no ativo circulante, deduzidos quando aplicável, de provisão para desvalorização, quantificada com base no valor justo dos respectivos bens.

3.8. Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são demonstradas a valor presente com base no indexador e na taxa de juros contratuais, calculadas "pro rata temporis" até a data do balanço.

O Banco reclassifica, quando aplicável, os saldos credores apresentados por contas de natureza devedora, decorrentes do registro de variação cambial incidente sobre operações passivas de repasses externos, para a rubrica "Outras rendas operacionais" no resultado.

3.9. Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A provisão do IRPJ é registrada pelo regime de competência, bem como calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável e acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real anual, excedente a R\$ 240 mil. A provisão para CSLL, deverá ser calculada à alíquota de 20%.

O ativo fiscal diferido a ser calculado e reconhecido até 31 de dezembro de 2023, será apurado considerando a expectativa de realização desse ativo por mês-calendário.

3.10. Provisão para riscos cíveis e trabalhistas

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução CMN nº 3.823/09, da seguinte forma:

Provisões para riscos - são avaliadas por assessores jurídicos e pela Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa que possa gerar uma saída de recursos que seja mensurável com suficiente segurança. São constituídas provisões para os processos classificados como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e divulgados em notas explicativas. Passivos contingentes - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados os classificados como perda remota.

3.11. Participação dos empregados

A participação dos empregados no resultado é calculada sobre o lucro do período, sendo paga anualmente.

3.12. Benefícios a empregados

Os pagamentos a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

Os benefícios pós-emprego relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução CMN nº 4.424/15 com vigência a partir de 01.01.2016. Com a adoção desse pronunciamento, os ganhos e as perdas atuariais passaram a ser reconhecidos integralmente como ativo ou passivo atuarial, tendo como contrapartida o patrimônio líquido (ajustes de avaliação patrimonial), líquido dos efeitos tributários. Os ganhos ou perdas decorrentes de mensurações atuariais do valor líquido de passivo ou ativo de planos de benefício definido, são registrados no patrimônio líquido, sem efeitos sobre o resultado anualmente.

3.13. Demonstração dos fluxos de caixa

É elaborada com base nos critérios estabelecidos pelo pronunciamento técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Resolução CMN nº 3.604/08, que prevê a apresentação dos fluxos de caixa gerados pela entidade como aqueles decorrentes de atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

Transações que não afetam o caixa

Durante os semestres findo em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 o Banco registrou eventos que não envolveram uso de caixa ou equivalentes de caixa e que, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa.

Transação	30.06.2023	31.12.2022
Dividendos a pagar	-	2.559
(-) Estorno de dividendos a pagar	(2.559)	(2.092)
(-) Juros sobre capital próprio a pagar	-	(93.500)
Capital Social	-	93.500

3.14. Lucro por ação

O lucro por ação é calculado com base em critérios e procedimentos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 41 - Resultado, considerando o que for aplicável às instituições financeiras, conforme determina a Resolução BCB nº 2/20. O Lucro por ação está apresentado nas "Demonstrações de Resultado" do semestre e exercício.

3.15. Estimativas Contábeis

As demonstrações contábeis são influenciadas pelas políticas contábeis, premissas, estimativas e julgamentos do Banco. As estimativas e premissas utilizadas são aquelas que a Administração julga serem as que melhor refletem os saldos de suas operações, e estão de acordo com as normas contábeis aplicáveis. Estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e revisados. Os principais grupos de Balanço impactados pelas estimativas contábeis são:

- Provisão para perdas associadas ao risco de crédito
- Créditos tributários
- Provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes
- Plano de saúde - Benefício pós emprego

Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

3.16. Resultados recorrentes e não-recorrentes

De acordo com a resolução BCB nº2 art. 34 é requerida a abertura de resultado recorrente e não recorrente. Para fins dessa demonstração financeira e conforme definição do BACEN considera-se resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas do banco e que não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Como política interna, o Banco estabelece uma análise no menor nível de conta contábil para identificação de efeitos no resultado que contenham as características anteriormente mencionadas. Quando identificado tais eventos os mesmos são considerados como não recorrentes. Quanto a mensuração, o valor considerado como não recorrente é o efeito no resultado na data original do seu lançamento.

No semestre findo em 30 de junho de 2023 não foram reconhecidos itens não recorrentes no período.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para os Semestres findos em 30 de Junho de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30.06.2023		31.12.2022	
	Rendimento (a.a.)	Vencimento	Saldo	Saldo
Disponibilidades:				
Reserva no Banco Central			1.018	1.036
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez:				
Letras Financeiras do Tesouro	13,63% a 13,64%		-	323.037
Letras do Tesouro Nacional	13,60% a 13,65%	Jan.23	75.000	534.147
DI			-	120.080
Total Aplicações interfinanceiras			75.000	977.265
Caixa e Equivalentes de Caixa			76.018	978.300

4.1. Relações Interfinanceiras

	30.06.2023		31.12.2022	
	Rendimento (a.a.)	Vencimento	Saldo	Saldo
Depósitos no Banco Central				
Depósito Voluntário BACEN	100% - CDI	Jul.23	923.399	179.730
Banco Central - Outros Depósitos			4.619	3.464
Correspondente no País - Itaú			46.399	-
Total Relações interfinanceiras			974.417	183.194

5. Carteira de Crédito

As operações de crédito referem-se, basicamente, a financiamentos a agricultores e empresas agrícolas, construtores e empresas de construção, concessionárias e distribuidores da Controladora para compra de máquinas, equipamentos, peças e serviços da marca John Deere.

A posição da carteira de crédito está composta também, por financiamentos e valores a receber de devedores por compra de BNDU, como segue:

a) Diversificação por vencimento

	30.06.2023		31.12.2022	
	Valor	%	Valor	%
Vencidas:				
Até 14 dias	2.058	0,01	925	0,01
De 15 até 60 dias	106.160	0,67	7.586	0,06
Acima de 60 dias	14.311	0,09	25.801	0,19
	122.528	0,77	34.312	0,35
A vencer:				
Até 90 dias	5.684.984	35,68	3.435.372	25,21
De 91 até 360 dias	3.077.603	19,32	3.019.657	22,16
Acima de 360 dias	7.047.759	44,23	7.137.303	52,38
	15.810.346	99,23	13.592.332	99,65
Total	15.932.874	100	13.626.644	100

Circulante

	30.06.2023	31.12.2022
Operações de crédito - setor privado	8.881.191	6.486.800
Outros créditos com característica de operação de crédito	3.924	2.541
Não circulante		
Operações de crédito - setor privado	7.042.833	7.130.537
Outros créditos com característica de operação de crédito	4.926	6.766
Total	15.932.874	13.626.644

b) Diversificação por tipo de cliente e atividade econômica

	30.06.2023		31.12.2022	
	Valor	% sobre o total da carteira	Valor	% sobre o total da carteira
Pessoa Jurídica	8.059.443	50,58	5.659.384	41,53
Pessoa Física	7.873.431	49,42	7.967.260	58,47
Total	15.932.874	100	13.626.644	100

	30.06.2023		31.12.2022	
	Valor	% sobre o total da carteira	Valor	% sobre o total da carteira
Agropecuário	13.611.411	85,43		
11.530.113	84,61			
Construção	2.321.463	14,57	2.096.531	15,39
Total	15.932.874	100	13.626.644	100

c) Diversificação por grupo econômico o nível de concentração.

	30.06.2023		31.12.2022	
	Valor	% sobre o total da carteira	Valor	% sobre o total da carteira
Principal devedor	434.591	2,73	387.220	2,84
20 maiores devedores	4.871.427	30,57	3.286.713	24,12
Demais devedores	10.626.856	66,70	9.952.711	73,04
Total	15.932.874	100	13.626.644	100

d) Diversificação por moedas e indexadores

	30.06.2023	31.12.2022
Juros prefixados	12.472.537	10.753.442
Dólar norte-americano (US\$)	3.011.834	2.359.852
Outros	448.503	513.350
Total	15.932.874	13.626.644

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para os Semestres findos em 30 de Junho de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

e) Renegociações de crédito

	<u>30.06.2023</u>	<u>30.06.2022</u>
Renegociações ¹	170.623	140.460
Total	170.623	140.460

¹ Corresponde as renegociações compreendidas no período de 6 meses.

f) Recuperação de crédito por restabelecimento

	<u>30.06.2023</u>	<u>30.06.2022</u>
Recuperação de crédito por restabelecimento:	17.112	41.755
Total	17.112	41.755

 1 Recuperação de crédito por restabelecimento¹: operações anteriormente levadas para "Prejuízo", de acordo com as premissas estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682/99 que foram restabelecidas e reconhecidas pelo regime de caixa.

6. Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

A provisão para perdas associadas ao risco de crédito está composta como segue:

a) Movimentação do período

	<u>30.06.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Provisão no início do exercício	354.971	330.747
Constituição com efeito em resultado	50.874	93.650
Constituição por reativação de operações restabelecidas	4.579	3.697
Baixas a prejuízo	(37.083)	(73.123)
Provisão no fim do exercício	<u>373.341</u>	<u>354.971</u>
	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>

Circulante

Operações de crédito	175.481	153.446
Outros créditos - devedores por compra de valores e bens	99	69

Não circulante

Operações de crédito	197.627	201.275
Outros créditos - devedores por compra de valores e bens	134	181
Total	373.341	354.971

b) Níveis de risco e provisão

Nível de risco	Percentual de provisão mínimo - nº 2.682/99	30.06.2023		31.12.2022	
		Valor da carteira	Valor da provisão	Valor da carteira	Valor da provisão
AA	-	2.177.534	-	1.591.505	-
A	0,50%	4.724.290	23.621	4.405.362	22.027
B	1,00%	4.415.699	44.157	3.684.203	36.842
C	3,00%	4.229.693	126.891	3.599.797	107.994
D	10,00%	167.695	16.770	118.127	11.813
E	30,00%	41.366	12.410	47.751	14.325
F	50,00%	40.856	20.428	25.153	12.577
G	70,00%	22.253	15.577	17.842	12.489
H	100,00%	113.488	113.488	136.904	136.904
Total		15.932.874	373.341	13.626.644	354.971

7. Outros Créditos - Diversos

	<u>30.06.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Valores a receber intercompany	19.814	15.457
Depósitos judiciais	585	-
Salários	1.550	2.297
Outros	1.648	1.264
Antecipações IRPJ	3.543	-
Antecipações CSLL	2.361	-
CSLL a Compensar	2.558	-
Imposto de Renda Retido a Compensar	3.837	-
Total	35.896	19.018

8. Obrigações por Empréstimos e Repasses

	Remuneração	Condições de Amortização				<u>30.06.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
			Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Repasses do país - Instituições Oficiais							
FINAME / BNDES ⁽¹⁾	Pós-fixada: 2,64% a 16,21% a.a. + Indexador parcelas vincendas até Maio de 2031	36.693	1.396.979	3.262.522	4.696.194	5.308.646	
Pré-fixada: até 16,69% a.a.							
FNO - Fundo Constitucional do Norte	Pré-fixada: 2,83%	parcelas vincendas até Fev de 2029	-	-	3.118	3.118	3.754
Repasses do Exterior ⁽²⁾							
John Deere Capital Corporation	Pré-fixada: (4,08% a.a. a 8,19% a.a.) ou Libor.	parcelas vincendas até Dez de 2030	1.790	730.714	2.266.122	2.998.625	2.392.731
Total			38.483	2.127.693	5.531.762	7.697.937	7.705.131

⁽¹⁾ Indexadores: SELIC, TJLP e IPCA.

⁽²⁾ Operações atreladas ao dólar norte-americano (US\$).

Nos semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022 as despesas com obrigações por empréstimos e repasses foram de R\$ 293.075 e R\$ 179.930 respectivamente. Observa-se uma redução nas linhas de créditos do BNDES por escassez de recursos. Consequentemente, verifica-se uma migração de operações de crédito para dólar e recursos próprios.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para os Semestres findos em 30 de Junho de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

9. Depósitos

Vencimento	Depósitos à vista ¹		Depósitos a prazo ²		Total	
	30.06.2023	31.12.2022	30.06.2023	31.12.2022	30.06.2023	31.12.2022
Sem vencimento	309.916	237.071	-	-	309.916	237.071
Acima de 360 dias	-	-	3.498.657	725.474	3.498.657	725.474
Acima de 360 dias	-	-	33.643	1.868.879	33.643	1.868.879
Total	309.916	237.071	3.532.300	2.594.353	3.842.216	2.831.424

Composição por vencimento

¹ Depósitos à vista: Operações não indexadas.

² Depósitos a prazo: Operações pós fixadas em taxa CDI.

³ Depósitos interfinanceiros: operações pré-fixadas.

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2023 e 2022 a despesa com captação no mercado foi de R\$ 195.951 e R\$ 34.289 respectivamente.

10. Letras Financeiras

Letras Financeiras	Remuneração	Condições de amortização	De 4 a 12 meses	Acima de 12 meses	30.06.2023	31.12.2022
					Total	Total
Emissão						
23.09.2021	1,05% a.a. + 100% CDI	03/10/2023	259.370	-	259.370	259.418
Emissão						
23.09.2021	1,20% a.a. + 100% CDI	23/09/2024	-	467.051	467.051	467.137
Emissão						
04.05.2022	0,95% a.a. + 100% CDI	14/05/2024	302.016	-	302.016	301.906
Emissão						
04.05.2022	1,10% a.a. + 100% CDI	05/05/2025	-	387.857	387.857	387.715
Emissão						
04.05.2022	1,30% a.a. + 100% CDI	04/05/2026	-	275.594	275.594	275.491
Emissão						
08.09.2022	1,30% a.a. + 100% CDI	08/09/2026	-	17.444	17.444	17.448
Emissão						
08.09.2022	0,95% a.a. + 100% CDI	09/09/2024	-	18.589	18.589	17.377
Emissão						
08.09.2022	1,10% a.a. + 100% CDI	08/09/2025	-	18.611	18.611	17.385
Emissão						
03.11.2022	1,30% a.a. + 100% CDI	03/11/2026	-	8.185	8.185	8.182
Emissão						
08.11.2022	1,30% a.a. + 100% CDI	09/11/2026	-	20.418	20.418	20.422
Emissão						
08.11.2022	0,90% a.a. + 100% CDI	07/11/2024	-	21.828	21.828	20.410
Emissão						
08.11.2022	1,10% a.a. + 100% CDI	07/11/2025	-	21.856	21.856	20.416
Emissão						
14.12.2022	0,95% a.a. + 100% CDI	13/12/2024	-	75.388	75.388	70.472
Emissão						
14.04.2023	1,40% a.a. + 100% CDI	24/04/2025	-	306.749	308.911	-
Emissão						
14.04.2023	1,60% a.a. + 100% CDI	14/04/2026	-	412.049	412.049	-
			561.386	2.051.620	2.615.169	1.883.779

Nos semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022 as despesas com captações de letras financeiras no mercado foram de R\$ 152.563 e R\$ 64.519 respectivamente.

b) LCA - Letras de Crédito Agronegócio.

Em dezembro de 2022 o Banco passou a ofertar ao mercado Letras de Crédito Agronegócio.

Variação %	30.06.2023			31.12.2022	
	Condições de amortização	Acima de 12 meses	Total	Total	Total
96% CDI	Dez/24	3.051	3.051	-	1.887
96% CDI	Jan/25	1.224	1.224	-	-
100% CDI	Nov/24	11.098	11.098	-	-
100% CDI	Dez/24	83.276	83.276	-	58.188
100% CDI	Jan/25	57.281	57.281	-	-
101% CDI	Dez/24	351	351	-	-
101% CDI	Jan/25	553	553	-	-
102% CDI	Dez/24	2.223	2.223	-	-
102% CDI	Jan/25	524	524	-	-
102% CDI	Mar/25	103.907	103.907	-	-
104% CDI	Fev/26	103.985	103.985	-	-
		367.470	367.470		60.075

No semestre findo em 30 de junho de 2023 as despesas com captações de LCA foram de R\$ 17.207.

11. Outras Obrigações - Passivos fiscais correntes

	30.06.2023	31.12.2022
Provisão Imposto de Renda	77.380	57.465
Provisão Contribuição Social	61.812	53.220
Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social	139.192	110.685
(-) Antecipação de Imposto de Renda e Contribuição Social	(20.951)	-
Outros impostos	13.627	29.239
Total	131.868	139.924

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
para os Semestres findos em 30 de Junho de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

12. Outras obrigações
a) Diversas

	30.06.2023	31.12.2022
Valores a repassar/ com entidades do grupo (nota 15)	13.165	5.384
Provisão para passivos Contingentes (b)	1.716	1.739
Benefícios pós-emprego (nota 21b)	6.302	5.821
Provisão para pagamentos a efetuar ¹	13.171	7.533
Cobrança a classificar ²	5.875	5.388
Provisão para participação nos lucros (PLR) (4)	5.545	7.125
IOF a recolher	5.721	3.592
Dividendos a Pagar (3)	-	2.559
Credores Diversos	581	-
Total	52.076	39.141
Circulante	52.076	31.581
Exigível a longo prazo	-	7.560

¹ Provisões relativas a despesas com pessoal e administrativas.

² Transações cujo processo de identificação dos beneficiários se encontrava em andamento na data dos balanços.

³ Dividendos a pagar

⁴ Provisão para participações nos lucros.

b) Provisão para passivos contingentes

Os saldos de provisões para riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscais constituídos com probabilidade de perda e as respectivas movimentações para o semestre findo em 30 de junho de 2023 estão apresentados a seguir:

	Cíveis	Contingências Fiscais	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.353	311	74	1.739
Constituições, líquidas de reversões	(93)	-	70	(23)
Saldo em 30 de junho de 2023	1.260	311	144	1.716

Em 30 de junho de 2023 não existiam ações cíveis e trabalhistas avaliadas com probabilidade possível de perda.

Ações Fiscais:

ISS - Sobre Serviços Prestados.

Durante o ano de 2022, o Banco John Deere passou por um processo de fiscalização da Prefeitura de Indaiatuba no que tange Imposto sobre serviços (ISS). Após finalização do processo de fiscalização, houve autuação relacionada aos serviços tomados e prestados, do qual, protocolamos defesas perante a Fazenda Municipal de Indaiatuba.

Sob o aspecto dos serviços tomados, consideramos que a contingência é "possível" (chances de êxito em 50%), tendo em vista que temos argumentos mais sólidos a serem discutidos visando afastar as cobranças, com melhores repercussões na jurisprudência atual.

Quanto aos serviços prestados, temos discussões com risco "possível" (chance de êxito em 60%) e "provável" (ou "êxito remoto"). Classificamos como "perda provável" a matéria relacionada ao valor remanescente de R\$ 311 de valores realmente não tributados relacionados ao ISS. Com relação ao risco "possível", destacamos a matéria relacionada aos valores recolhidos (ISS) com erro de declaração, além dos valores não considerados no processo, que se referem a reclassificação contábil e/ou reversão de receitas, que juntos representam o total de R\$ 2.167.

Ações Cíveis

Os processos judiciais de natureza cível consistem, principalmente, em ações de clientes pleiteando indenização por danos materiais e morais relativos a desacerto comercial, alegação de defeito no bem financiado, alegação de prejuízo decorrente de produtos e serviços oferecidos ou não pelo BJD.

13. Tributos
a) Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL):

	30.06.2023	30.06.2022
Resultado antes do IRPJ e CSLL, após PLR	266.338	204.620
IRPJ à alíquota de 15%	(39.951)	(30.693)
IRPJ à alíquota de 10%, sobre adicional	(26.622)	(20.450)
CSLL à alíquota de 20%	(53.268)	(40.924)
IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes	(119.840)	(92.067)
Incentivo fiscal	132	116
Diferenças permanentes	(1.533)	15
Efeito da constituição/reversão da majoração da alíquota da CSLL	-	4
Despesa de IRPJ e CSLL	(121.240)	(91.932)

b) Ativos Fiscais Diferidos
I) Origem dos créditos tributários de IRPJ e CSLL diferidos:

	30.06.2023		31.12.2022	
	IRPJ	CSLL	Total	Total
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	93.277	74.622	167.899	159.624
Créditos baixados para perda não dedutíveis temporariamente	13.838	11.070	24.909	25.042
Rendas antecipadas	6.987	5.590	12.577	3.091
Plano de benefícios a empregados	1.575	1.260	2.836	2.619
Outros	1.741	1.457	3.198	2.838
Total	117.418	93.999	211.417	193.214

II) Movimentação dos Ativos fiscais diferidos

	30.06.2023	30.06.2022
Saldo no início do semestre	193.214	172.727
Constituição de crédito tributário, líquida	18.204	(12.861)
Efeitos da lei 14.183/2021, de 14 de julho de 2021*	-	4
Saldo no fim do semestre	211.417	159.869

(*) Efeito da constituição da majoração da alíquota CSLL (de 20% para 25% - nota nº 13.a).

III) Previsão de realização dos créditos tributários

Os créditos são registrados por seus valores nominais, sendo que, sua realização em períodos futuros é diretamente relacionada à consequente realização das diferenças temporárias que impactaram apuração dos tributos sobre o lucro.

Ao passo que esse ativo é realizado, teremos o correspondente impacto na apuração do IRPJ e CSLL nos períodos subsequentes, observada a redução dos valores a serem recolhidos. Demonstramos a seguir, a projeção da expectativa de realização desse ativo anualmente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para os Semestres findos em 30 de Junho de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

2023	63.972
2024	65.062
2025	37.276
2026	24.395
2027	12.331
Até 2028	8.381
Total	211.417

O valor presente do crédito tributário em 30.06.2023 é de R\$ 167.900, calculado com base na taxa média de captação de 13,17 % ao ano.

14. Patrimônio Líquido
a) Capital social

Em 30 de junho de 2023, o capital social estava representado por 1.005.000 de ações no valor nominal de R\$1,00 cada uma. A Controladora John Deere Brasil Ltda. possui a totalidade das cotas do capital social do Banco.

b) Reserva de lucros

Essa rubrica é composta pelos saldos das reservas "Legal" e "Estatutária". Com o objetivo de garantir a integridade do capital social, 5% do lucro líquido apurado é destinado para constituição da "Reserva legal", que não excederá 20% do capital social. O lucro remanescente, após constituição da "Reserva legal" e destinação dos dividendos mínimos obrigatórios, é então destinado à constituição de outras reservas, permanecendo nessa condição até que a Assembleia delibere por sua destinação. Em 26 de Maio de 2023, a Assembleia Geral Ordinária aprovou a retenção da totalidade do lucro e da não distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$2.559.

O Banco submeterá à aprovação da Assembleia Geral Ordinária a destinação do montante excedente de reserva de lucros do ano calendário 2023, conforme requerido pelo artigo 199 da Lei nº 6.404/76.

15. transações com Partes Relacionadas
a) Entidades controladoras

A Controladora imediata do Banco é a John Deere Brasil Ltda., sendo sua controladora final a entidade Deere & Company localizada nos Estados Unidos.

b) Transações com entidades do grupo:

	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
	30.06.2023	31.12.2022	30.06.2023	30.06.2022
Depósitos à vista				
John Deere Brasil Ltda. (a)	(183.580)	(92.187)	-	-
John Deere Equipamentos do Brasil Ltda (c)	(14.304)	(31.602)	-	-
Ciber Equipamentos Rodoviários Ltda (c)	(30.543)	(17.273)	-	-
John Deere Escavadeiras	(36.988)	(43.345)	-	-
Total	(265.416)	(184.406)	-	-
Depósito a prazo (1)				
John Deere Brasil Ltda. (a)	(3.396.285)	(2.470.949)	(186.596)	(28.130)
John Deere Equipamentos do Brasil Ltda. (c)	(16.558)	(5.755)	(803)	(277)
Ciber Equipamentos Rodoviários Ltda. (c)	(88.915)	(66.767)	(3.798)	(2.101)
Dealer CDB (c)	(3.026)	(25.040)	-	-
UNIMIL	(27.515)	(25.841)	(1.675)	-
Total	(3.532.300)	(2.594.353)	(192.872)	(30.508)
Dividendos a pagar (Nota nº 14)				
John Deere Brasil Ltda. (a)	-	(2.559)	-	-
Total	-	(2.559)	-	-
Outros ativos/receitas (5)				
John Deere Brasil Ltda. (a)	12.140	9.531	4.282	7.860
John Deere Credit Companhia Financeira (c)	5.194	4.937	707	843
John Deere Financial Mexico S.A (c)	80	174	506	723
PL.A Máquinas Pulveriz e Fertiliz S.A (c)	-	107	-	-
Ciber Equipamentos Rodoviários Ltda (c)	1.757	239	-	-
John Deere Escavadeiras (c)	643	469	-	-
Total	19.814	15.457	5.495	9.426
Outros passivos/despesas (2)				
John Deere Brasil Ltda. (a)	(10.071)	(1.105)	(1.366)	(866)
John Deere Financial (b)	(3.094)	(4.279)	(6.525)	(4.861)
Total	(13.165)	(5.384)	(7.891)	(5.727)
Receitas subsidiadas (3)				
John Deere Brasil Ltda. (a)	(27.690)	(6.449)	240.498	65.114
John Deere Escavadeiras Ltda. (c)	-	-	10.339	-
PL.A Máquinas Pulveriz e Fertiliz S.A (c)	-	-	880	551
Ciber Equipamentos Rodoviários Ltda (c)	(257)	(419)	7.150	1.949
Total	(27.948)	(6.868)	258.867	67.614
Obrigações por repasses do exterior (4)				
John Deere Capital Corporation (b)	(2.998.625)	(2.392.731)	(90.149)	(17.995)
Total	(2.998.625)	(2.392.731)	(90.149)	(17.995)

(a) Controladora.

(b) Controladora Indireta.

(c) Ligada.

(1) Operações pós fixada em CDI (depósitos a prazo) e prefixadas (depósitos interfinanceiros).

(2) O saldo passivo é representado basicamente por recursos recebidos de concessionários por contratações com a John Deere Brasil Ltda., cujo repasse é realizado em D+1 contados a partir da data do recebimento. A despesa refere-se as cobranças com suporte de Tecnologia da Informação e Serviços Compartilhados.

(3) O saldo passivo refere-se aos resultados de exercícios futuros, não se trata de uma exigibilidade para com a entidade do grupo.

(4) Saldos incluem impacto da variação cambial.

(5) O saldo refere-se a valores a receber de reembolso de despesas com funcionários expatriados e reembolso de Serviços Compartilhados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
para os Semestres findos em 30 de Junho de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

c) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades do Banco. A divulgação a seguir refere-se a despesa com a remuneração dos Diretores do Banco durante o semestre findo em 30 de junho de 2023 e 30 de junho de 2022.

	<u>30.06.2023</u>	<u>30.06.2022</u>
Benefícios de curto prazo a administradores	1.354	1.714
Outros benefícios de longo prazo ¹	87	80
Total	<u>1.441</u>	<u>1.793</u>

⁽¹⁾ Plano de benefício definido cuja intenção de resgate é de longo prazo.

d) Garantias

Em 30 de junho de 2023 o saldo em garantias fornecida pela Controladora para operações de crédito representavam o montante de R\$ 45.510 (R\$ 62.094 em 30.06.2022).

	<u>30.06.2023</u>	<u>30.06.2022</u>
Convênios Operacionais	45.510	62.094
Total	<u>45.510</u>	<u>62.094</u>

16. Outros Passivos

Representam o saldo de receita de taxa de juros subsidiada pela Controladora e Ligadas, o qual foi recebido antecipadamente e será apropriado ao resultado, conforme prazo do contrato de financiamento aos quais se refere.

Durante o semestre de 30/06/2023, foram apropriados ao resultado os montantes de R\$3.306, respectivamente (R\$2.121 em Junho de 2022), apresentados na rubrica "Receita de Operações de Crédito".

17. Receitas de prestação de serviços

	<u>30.06.2023</u>	<u>30.06.2022</u>
Receitas de prestação de serviços ¹	-	2.245
Outras receitas	1.656	2.034
Total	<u>1.656</u>	<u>4.279</u>

¹ Referem-se principalmente aos serviços prestados na concessão de crédito para operações de financiamento aos fabricantes da marca John Deere, concessionárias e distribuidores.

Com base em estudos e prática de mercado identificou-se que a natureza desta atividade não tem qualquer relação com a prestação de serviço, constituindo-se essa cobrança em mera equalização de taxa. Diante disso o Banco John Deere deixou de registrar o montante que apresenta a equalização de taxa.

18. Despesas de pessoal

	<u>30.06.2023</u>	<u>30.06.2022</u>
Remuneração	12.150	9.956
Encargos	7.690	5.943
Benefícios	3.709	2.967
Treinamento	320	278
Outras	2.002	1.402
Total	<u>25.871</u>	<u>20.545</u>

19. Outras despesas administrativas

	<u>30.06.2023</u>	<u>30.06.2022</u>
Depreciações e Amortizações	2.462	1.493
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	10.781	8.209
Comunicações	200	399
Processamento de Dados	1.182	885
Propaganda, Promoções e Publicidade	441	137
Aluguéis	681	619
Transportes e Viagens	1.261	672
Serviços do Sistema Financeiro	1.014	460
Serviços de Vigilância e Prediais	358	218
Material	33	77
Multa e juros	2.311	222
Custas Judiciais e Desp. Cobrança	1.336	1.322
Outras	932	748
Total	<u>22.992</u>	<u>15.461</u>

20. Outras receitas operacionais

	<u>30.06.2023</u>	<u>30.06.2022</u>
Variação Monetária Ativa ¹	209.860	51.250
Recuperação de Encargos e Despesas	865	1.030
Outras	10	1
Total	<u>210.735</u>	<u>52.281</u>

¹ Corresponde a variação monetária das operações de crédito e variação cambial das operações de empréstimos e repasses no exterior realizadas com partes relacionadas, resultado referente a receita de intermediação financeira.

21. Benefícios a Empregados
a) Plano de contribuição definida

O Banco aderiu ao Fundo Multipatrocinado de Previdência Privada John Deere Prev, junto ao Bradesco Multipensions, que tem por finalidade básica a concessão de benefício a seus empregados de um complemento de aposentadoria, sendo esta através de um plano de contribuição definida. Não existe nenhuma obrigação atuarial oriunda desse plano que requeira reconhecimento contábil. As despesas de contribuição do Banco referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2023 e de 2022 totalizaram R\$ 1.239 e R\$ 1.050 respectivamente.

b) Plano de saúde

O Banco oferece aos seus empregados aposentados, a exemplo dos empregados ativos, planos de benefícios com ressarcimento parcial de despesas médicas.

Com base nas características do benefício pós-emprego, foi efetuado pelo atuário independente o cálculo das obrigações do Banco relativo a esse benefício pós-emprego, gerando resultado conforme o seguinte demonstrativo:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para os Semestres findos em 30 de Junho de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

	30.06.2023	30.06.2022
Passivo atuarial no início do exercício	5.821	5.090
Custo dos serviços correntes	171	447
Juros sobre obrigações atuariais	310	431
Benefícios pagos pela empresa	-	(81)
Ajuste de avaliação atuarial	-	(36)
Imposto de renda e Contribuição Social	-	(30)
Saldo do passivo no fim do semestre	6.302	5.821

As principais premissas utilizadas na avaliação atuarial são:

	2022	2021
Taxa de desconto atuarial - taxa real	6,23%	5,37%
Taxa de desconto atuarial - taxa nominal	10,75%	8,53%
Inflação projetada	4,25%	3,00%
Aumento por idade ("aging fator")	3,00%	3,00%
Tábua de mortalidade geral: AT-2000		
Hipótese de rotatividade: $[(2,00/idade\ do\ participante) - 0,04] + 0,05$.		
A partir de 50 anos de idade, as taxas são nulas.		

22. Instrumentos Financeiros

Os principais riscos relacionados aos instrumentos financeiros são risco de crédito, de mercado e de liquidez. Em virtude das operações realizadas em moeda estrangeira, os resultados do Banco estão suscetíveis a variações dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os ativos e passivos atrelados ao dólar norte-americano (US\$). A exposição líquida do Banco ao risco de taxa de câmbio em dólar norte-americano (US\$) é conforme a seguir:

	30.06.2023	31.12.2022
Operações de crédito	3.011.834	2.359.852
Outros Créditos - Com partes relacionadas	5.274	5.110
Operações de empréstimos e repasses	(2.998.625)	(2.392.731)
Outras obrigações - Com partes relacionadas	(3.094)	(4.279)
Exposição líquida	15.389	(32.047)

O gerenciamento desses riscos é efetuado por meio de controles que permitem o acompanhamento diário das operações quanto às diretrizes e aos limites estabelecidos pela Administração. O Banco utiliza-se de instrumentos financeiros derivativos com o propósito de reduzir a exposição da carteira de empréstimos decorrentes da variação cambial na exposição da análise das contas patrimoniais estimada do Banco. A política do Banco prevê contratações de derivativos, quando necessário, para proteção de curto prazo, sendo sua intenção a de mantê-los até o seu vencimento. Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 não havia derivativos contratados.

23. Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

Valor justo é o montante que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação entre participantes do mercado na data de mensuração/data-base para fins dessa demonstração financeira. Para fins da divulgação abaixo do valor justo dos instrumentos financeiros mensurados contabilmente pelo custo amortizado, utilizamos a hierarquia conforme segue:

- Nível 1: as informações são obtidas por meio de preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis, para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente;
- Nível 3: de técnicas de avaliação nos quais os inputs significativos não têm como base os dados observáveis de mercado.

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento. Os instrumentos financeiros do Banco são mensurados contabilmente pelo custo amortizado, a tabela abaixo apresenta o valor contábil e o valor justo dos instrumentos financeiros:

	Valor contábil	30.06.2023		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos				Valor justo
Equivalentes de Caixa	76.018	1.018	75.000	-
Operações de crédito	15.932.874	-	-	15.740.123
Total (1)	16.008.892	1.018	-	15.740.123
Passivos				
Depósitos à vista	309.916	309.916	-	-
Depósitos a prazo	3.532.300	-	2.697.803	-
Obrigações por emissão de letras financeiras	2.615.169	-	2.658.176	-
Obrigações por emissão Letras de crédito - LCA	367.470	-	378.509	-
Repasses do país - instituições oficiais	4.699.312	-	4.553.528	-
Obrigações por repasses Exterior	2.998.625	-	3.110.986	-
Total (1)	14.522.792	309.916	13.399.003	-
				31.12.2022
				Valor justo
Ativos				Nível 3
Equivalentes de Caixa	978.300	1.036	977.264	-
Operações de crédito	13.626.644	-	-	13.483.718
Total (1)	14.604.944	1.036	977.264	13.483.718
Passivos				
Depósitos à vista	237.071	237.071	-	-
Depósitos a prazo	2.594.353	-	2.593.914	-
Obrigações por emissão de letras financeiras	1.883.779	-	1.883.432	-
Obrigações por emissão Letras de crédito - LCA	60.075	-	60.065	-
Repasses do país - instituições oficiais	5.312.400	-	4.905.570	-
Obrigações por repasses Exterior	2.392.731	-	2.454.341	-
Total (1)	12.480.409	-	11.897.323	-

(1) Valor justo dos instrumentos financeiros é apurado utilizando-se das informações de mercado disponíveis, principalmente os preços e taxas divulgadas pela B3 SA. - Brasil, Bolsa, Balcão.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
para os Semestres findos em 30 de Junho de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

24. Limites Operacionais

Em 30 de junho de 2023, os limites mínimos de capital exigidos foram de 8% para o Índice de Basileia (Patrimônio de Referência), 6% para o Índice de Nível I e de 4,5% para o Índice de Capital Principal.

Em 30 de junho de 2023, o Índice de Basileia do Banco John Deere atingiu 12,87% (sendo composto somente pelo Nível I de capital). O Índice de Alavancagem, que é monitorado mensalmente, alcançou 11,86%, enquanto em 30.06.2022 apresentou um índice de 17,25%.

A seguir os principais indicadores em 30 de junho de 2023 e o comparativo com o exercício anterior, obtidos conforme regulamentação em vigor:

	Banco John Deere	
	30.06.2023	30.06.2022
Patrimônio de Referência ¹	2.128.658	1.851.381
Nível I	2.128.658	1.851.381
Capital Principal	2.128.658	1.851.381
Capital Complementar	2.128.658	1.851.381
Nível II		
Ativos Ponderados pelo Risco	16.542.727	9.610.746
Risco de Crédito ²	15.782.130	9.062.870
Risco de Mercado ³	143.322	12.029
Risco Operacional ⁴	617.275	535.847
IRRBB ⁵	158.685	143.386
	Banco John Deere	
	Requerimentos Mínimos de Capital	30.06.2023
Índice de Capital Principal	12,87%	19,26%
Índice de Nível I	12,87%	19,26%
Índice de Basileia	12,87%	19,26%
Índice de Basileia Amplo (inclui IRRBB)	11,49%	16,24%
Índice de Imobilização	0,20%	0,23%

¹ O CMN, por meio da Resolução nº 4.955/21, define o Patrimônio de Referência, para fins de apuração dos limites operacionais, como o somatório de dois níveis, Nível I e Nível II, em que o Nível I consiste no somatório de Capital Principal e Capital Complementar. A apuração é composta por itens integrantes do patrimônio líquido aplicado deduzidos e ajustes prudenciais, além dos instrumentos elegíveis, primordialmente dívidas subordinadas.

² Parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) referente às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWAcpad), conforme estabelecidos na Resolução BCB nº 229/22.

³ Parcela referente às exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial cujo requerimento de capital é calculado mediante abordagem padronizada (RWAcam). O Banco não possui operações classificadas na carteira de negociação.

⁴ Parcela relativa ao cálculo do capital requerido para o risco operacional mediante abordagem padronizada (RWAopad), de que trata a Circular BACEN nº 3.640/13.

⁵ De acordo com a Circula nº 3.876, o Banco John Deere considera os valores calculados para Δ EVE e Δ NIII na apuração do valor de PR mantido para a cobertura do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB).

O Banco John Deere divulga, trimestralmente, informações (não auditadas) referentes à Gestão de Riscos. O relatório com maior detalhamento das premissas, da estrutura e das metodologias encontra-se disponível no endereço eletrônico: www.johndeere.com.br/Banco.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do Patrimônio de Referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do Patrimônio de Referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. Em 30 de junho de 2023 e 30 de junho de 2022, o Banco encontra-se enquadrado no referido índice.

25. Gerenciamento de riscos e gestão de capital

Em conformidade com o disposto nas Resoluções CMN nº 4.553/17 e nº 4.557/17, o Banco John Deere mantém uma estrutura para gerenciamento de risco e capital compatível com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, serviços, atividades e processos estabelecidos pela instituição. Esta estrutura é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil de riscos e à importância sistêmica da instituição, além de ser capaz de avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e do mercado de atuação.

- Risco de crédito: a gestão de crédito visa manter a qualidade da carteira de crédito em níveis coerentes com a natureza do negócio. O modelo de negócio define os mercados de atuação, o qual é composto por financiamento de equipamentos, peças e serviços John Deere para clientes que tem sua atividade voltada aos mercados agrícola, construção civil e florestal, além dos concessionários e distribuidores John Deere. As políticas de crédito são definidas de acordo com as diretrizes globais da corporação, alinhadas aos objetivos de negócios e às práticas de mitigação de risco, e a política de gestão de risco de crédito define as principais ferramentas que são utilizadas para sua gestão.

- Risco de mercado: o monitoramento do risco de mercado é realizado por meio do VaR - "Value at Risk", *Backtesting*, Teste de Estresse, Teste de Aderência e Limites Prudenciais. De acordo com a Circula nº 3.876 o Banco John Deere considera os valores calculados para Δ EVE e Δ NIII na apuração do valor de PR mantido para a cobertura do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB). O VaR é utilizado apenas como uma métrica para análises gerenciais. As atividades relacionadas ao processo de mensuração, avaliação, análise e reporte dos riscos estão descritas na política de risco de mercado.

- Risco de liquidez: em consonância com a estratégia da instituição e considerando o atual modelo de negócios, o Banco John Deere utiliza como métrica a Análise de descasamentos (Gap), Limites de Risco de Liquidez e Análise de Sensibilidade para identificar fatores que possam comprometer a estabilidade financeira da instituição. Os princípios a serem utilizados no gerenciamento do risco de liquidez do Banco estão definidos na política de risco de liquidez.

- Risco operacional: a gestão do risco operacional ocorre de forma integrada com a execução de processos pelas áreas de negócio. São considerados eventos de risco operacional aqueles que se referem às falhas, às fraudes, às deficiências ou às inadequações de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Adicionalmente, é realizado anualmente a revisão do processo de "Autoavaliação de Riscos e Controles".

- Gestão de capital: o gerenciamento de capital é realizado por meio de um processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pelo Banco, de avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos aos quais o Banco está sujeito e de planejamento de metas e de necessidades de capital de acordo com o plano estratégico. As atividades são realizadas conforme diretrizes definidas na política de gerenciamento de capital do Banco.

- Razão de alavancagem: conforme estabelecido na circular 3.748/15, a apuração da razão de alavancagem (RA) é dada pelo quociente do montante do Capital Nível I sobre a exposição total da instituição. O monitoramento do índice é realizado mensalmente.

Maiores detalhes sobre a estrutura de gerenciamento de riscos, bem como os relatórios relacionados, podem ser consultados no endereço eletrônico www.johndeere.com.br/Banco, que não fazem parte dessas demonstrações financeiras.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria do Banco John Deere S.A. foi formado por deliberação do Conselho de Administração em conformidade com as normas emanadas pelo Conselho Monetário Nacional e homologado pelo Banco Central do Brasil tendo dentre suas atribuições, o assessoramento ao Conselho de Administração na avaliação da qualidade das demonstrações financeiras e acompanhamento do cumprimento das exigências legais e regulamentares.

O Comitê de Auditoria ("Comitê") do Banco John Deere S.A. manifesta que, reuniu-se ao segundo trimestre de 2023 para análise de assuntos de sua competência, cujo funcionamento é disciplinado pelo seu regimento interno, e pelas regulamentações do Banco Central do Brasil. Nessas oportunidades, foram focados diversos temas, destacando-se: apresentação do plano de trabalho da Auditoria Independente, Balanço Patrimonial e Demonstração dos Resultados do Exercício, principais variações comparado com o semestre anterior, e acompanhamento das atividades de auditoria interna, a avaliação dos sistemas empregados para controles internos e gestão de riscos.

De forma mais detalhada, foram avaliados os seguintes assuntos:

- Monitoramento da atuação da auditoria independente, análise de seus relatórios e dos pontos de recomendação emitidos;
- Análise do cronograma semestral de atividades, sua execução e dos relatórios preparados pela auditoria interna;
- Apreciação e discussão de temas relevantes levantados nos relatórios de auditoria independente e interna;
- Apreciação das Informações da Demonstrações Financeiras Semestrais da Empresa, e;
- Apreciação dos resultados de Auditoria de Crédito e Concessionários, relatório de deficiências e cronograma para o próximo semestre.

Conclusão: Embasado nas atividades descritas, consideradas as responsabilidades e limitações naturais do escopo de sua atuação, o Comitê recomenda à Diretoria a aprovação das demonstrações financeiras individuais do Banco John Deere S.A. relativas ao semestre findo em 30 de Junho de 2023.

Fabiola S. Alves
Diretor Financeiro

Membros do Comitê de Auditoria:

Alex Ferreira
Diretor de Crédito

Israel Oliveira
Dir. Strategy & Bus. Transformation R3

Marcia Pediana Drescher
Contadora - CRC: RS-061589/0

DIRETORIA

Alex Brauveres Ferreira
Diretor

Israel Gobatto de Oliveira
Diretor

Fabiola da Silva Alves
Diretora

Marcia Pediana Drescher
Contadora - CRC: RS-061589/0



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do

Banco John Deere S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco John Deere S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco John Deere S.A. em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

Por que é um PAA?

A provisão para perdas associadas ao risco de crédito é constituída levando-se em consideração as normas regulamentares do BACEN, especificamente a Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 2.682/99, sendo estimada com base nas análises das operações de crédito considerando o risco individual de cada devedor, de acordo com as políticas internas do Banco, conforme divulgado na nota explicativa nº 3.4 às demonstrações financeiras. A mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito é conduzida com a utilização de metodologia interna na determinação do "rating" do tomador do crédito, e envolve julgamento sobre os fatores de risco dos clientes e das operações, tais como o histórico de inadimplência, situação econômico-financeira, grau de endividamento, atraso, setor de atividade econômica, garantias, região de atuação, entre outros.

Devido a relevância das operações de crédito e pelo fato de envolver julgamento da Administração na estimativa da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, consideramos esse assunto como uma área de foco em nossa abordagem de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento das políticas e da metodologia interna utilizada na determinação do "rating"; (ii) entendimento dos controles que permeiam o processo de determinação do "rating"; (iii) desafio das principais premissas e dos julgamentos relevantes da Administração na determinação do "rating" de crédito em base amostral; (iv) análise do nível de provisionamento total das carteiras; (v) recálculo dos valores provisionados; e (vi) avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria, consideramos que os critérios adotados pela Administração para determinação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito são apropriados no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório, porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de agosto de 2023

DELOITTE TOUCHÉ TOHMATSU

Auditores Independentes Ltda.

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Augusto Velasco Rampaso

Contador

CRC nº 1 SP 289672/O-1



Banco
JOHN DEERE

<https://www.deere.com.br/pt/financiamento/banco-john-deere/>